

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.63.16999>

Submetido em: 20/2/2025

Aceito em: 8/8/2025

Publicado em: 22/10/2025

Clícia Coelho Florenzano¹, Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos²,
Andrea Simone Rente Leão³, Sandro Augusto Viegas Leão⁴

RESUMO

O conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se a partir da década de 1990 e passou a ser utilizado em um amplo espectro de políticas públicas. A partir do começo dos anos 2000 ganharam especial atenção políticas que, além de buscarem o desenvolvimento sustentável, tinham como foco as comunidades tradicionais, fazendo emergir novos conceitos tais como sociobiodiversidade e, o mais recente, bioeconomia. Nesse sentido, o presente trabalho pretende apresentar o processo de construção dos projetos instituídos a partir de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais da Amazônia, desde um estudo de caso realizado na Comunidade Ererê que está localizada em uma Área de Preservação Ambiental no Estado do Pará. Ademais, pretende-se apresentar as categorias predominantes em cada política pública executada na comunidade estudada, bem como a abordagem de política pública utilizada. Metodologicamente o estudo teve uma abordagem qualitativa com o uso de diversos instrumentos participativos para coleta de dados e informações. Os resultados mostraram que a descontinuidade dos projetos foi um fator fundamental para que a política pública não tivesse plena efetividade. Mesmo os projetos com abordagem multicêntrica não garantiram a plena participação de todos os atores, o que necessita ser investigado em estudos futuros, dado as prováveis relações desiguais de poder.

Palavras-chave: Comunidade Ererê; estudo de caso; Área de Preservação Ambiental; sociobiodiversidade; bioeconomia.

PUBLIC POLICIES TO PROMOTE SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN TRADITIONAL COMMUNITIES IN AMAZON

ABSTRACT

With the emergence of the concept of sustainable development, public policies aimed to promote this development model proliferated from the 1990s onwards. From the beginning of the 2000s, policies that, in addition to seeking the sustainable development also had as focus on traditional communities, gained special attention, giving rise to new concepts as like sociobiodiversity and, most recently, bioeconomy. In that regard, study aims to present the process of project construction implemented through public policies geared towards promoting sustainable development in traditional communities in Amazon, based on a case study conducted in the Ererê Community, located within an Environmental Protection Area in the state of Pará, Brazil. Furthermore, the paper intends to identify the predominant categories within each public policy implemented in the studied community, as well as the public policy approach utilized. Methodologically the study had a qualitative approach with the use of various participatory instruments for collecting data and information. The results showed that the discontinuation of projects was a fundamental factor hindering the full effectiveness of the public policies. Even projects with a multicentric approach didn't guarantee the full participation of all actors, a phenomenon that warrants further investigation in future studies, given the probable unequal power relations involved.

Keyword: Ererê Community; case study; Environmental Preservation Area; sociobiodiversity; bioeconomy.

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. Santarém/PA, Brasil. <https://orcid.org/0009-0008-0803-771X>

² Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. Santarém/PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5593-552X>

³ Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. Santarém/PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4126-8244>

⁴ Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. Santarém/PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0299-573X>

INTRODUÇÃO

Consolidado em 1987 no relatório “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável foi definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades (CMMAD, 1991). Dessa forma, esse conceito vem ampliar não somente a preocupação global com a preservação ambiental, mas também com a disponibilidade de recursos e do bem-estar social, emergindo, assim, como uma promessa de resposta às limitações do modelo de desenvolvimento pautado na exploração dos recursos naturais sem melhorias na qualidade de vida das pessoas.

A partir da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92, o desenvolvimento sustentável consolidou-se como um conceito fundamental para alinhar crescimento econômico junto a conservação ambiental, e passou a ser amplamente utilizado pelos governos nacionais e subnacionais como o principal pilar das políticas públicas de desenvolvimento local e/ou regional. De acordo com Veiga (2010), o desenvolvimento sustentável traz um novo imperativo global que exige mudanças na ideia ultrapassada de desenvolvimento no que diz respeito à sustentabilidade ambiental do crescimento e da melhoria da qualidade de vida.

No começo do século 21 novos conceitos foram emergindo para abordar a problemática da promoção do desenvolvimento alinhado às questões sociais e ambientais, especialmente os conceitos voltados para as especificidades dos povos e comunidades tradicionais. Ressalta-se, contudo, que esses novos conceitos não se colocam como substitutos do desenvolvimento sustentável, mas como complementares a ele, de modo que passam a ser utilizados como núcleo central em diversas políticas públicas de promoção e fomento ao desenvolvimento sustentável.

É nesse contexto que no Brasil emerge o conceito de sociobiodiversidade, definida como “a inter-relação entre a biodiversidade e os sistemas socioculturais” (Brasil, 2009, p. 9). Tal conceito consolida-se com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), que foi instituído pela Portaria Interministerial nº 239/2009 e tinha como meta principal o fortalecimento das cadeias de produção de produtos da sociobiodiversidade, voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, a geração de renda e a justiça social. Entre suas metas destacam-se a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a busca por soluções sustentáveis para atender às demandas climáticas e socioeconômicas atuais.

O estabelecimento do PNPSB apoia-se em políticas e marcos normativos anteriores, como a Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339/2002) (Brasil, 2002) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) (Brasil, 2007), que reconhecem a diversidade socioambiental e cultural como pilares do desenvolvimento sustentável. O plano estabelece dez diretrizes estratégicas que incluem a valorização cultural, a segurança alimentar, a geração de renda e a promoção de mercados éticos e solidários, sempre enfatizando o protagonismo dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF). A valorização de cadeias produtivas que integram conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis é vista como essencial para a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento de um modelo socioeconômico baseado na sociobiodiversidade. O Plano, de maneira geral, abrange, portanto, a busca por valorizar tanto os múltiplos grupos socioculturais existentes bem como a biodiversidade variada e abundante existente no território brasileiro.

Mais recentemente, na segunda década do século 21, um outro conceito emerge. Trata-se da bioeconomia que, embora amplamente disseminado nos últimos anos, tem raízes históricas, de acordo com Bonaiuti (2016), que remontam às ideias de Georgescu-Roegen na década de 1960. Ele introduziu esse termo em discussões sobre os limites biofísicos do planeta e a insustentabilidade de um modelo econômico baseado no crescimento ilimitado. Naquele período a bioeconomia era vista como um pilar do decrescimento, que considerava não apenas os aspectos econômicos, mas também as interações socioculturais e institucionais nos processos produtivos. Ainda de acordo com Bonaiuti (2016), o termo foi primeiramente utilizado por Jiri Zeman para evidenciar a importância de integrar aspectos biológicos na análise econômica, abordando uma visão mais ampla das dinâmicas econômicas e ambientais em um contexto que significava uma “nova economia”.

Atualmente o termo bioeconomia tornou-se um conceito polissêmico no qual cada agente ou organização utiliza-o da forma que lhe é mais conveniente. Considerando isto, no artigo intitulado “O que é bioeconomia? Uma revisão da literatura” (tradução nossa), Bugge, Hansen e Klitkou (2016) identificaram três visões consideradas ideais para apresentar a bioeconomia de acordo com a característica multifacetada do termo que alcança múltiplas áreas da ciência: biotecnológica, dos biorrecursos e bioecológica, cada uma com características e objetivos distintos.

Segundo Bugge, Hansen e Klitkou (2016), a bioeconomia biotecnológica foca no crescimento econômico e na criação de empregos por meio da biotecnologia, enquanto a bioeconomia dos biorrecursos dá ênfase na capitalização de matérias-primas biológicas e na gestão de resíduos, com uma preocupação maior sobre a sustentabilidade. Por outro lado, a bioeconomia bioecológica prioriza a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ecológica, promovendo práticas circulares e orgânicas que integram o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de forma equilibrada.

No contexto da Amazônia, e relevante para este trabalho, destaca-se a bioeconomia bioecológica como a abordagem mais adequada, dado seu foco na conservação do bioma e no respeito às populações locais. Autores como Costa *et al.* (2022) e Abramovay *et al.* (2021) sugerem a criação de uma bioeconomia específica para florestas tropicais que valorize a biodiversidade e promova o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Essa perspectiva distancia-se das visões predominantes no norte global, e adapta o conceito às realidades ecológicas e socioculturais do sul global, como a da Amazônia, com ênfase em um sistema econômico baseado na conservação e interação respeitosa com o meio ambiente.

Dentro do contexto amazônico e alinhado ao conceito de bioeconomia bioecológica apresentado, em outubro do ano de 2021 foi instituído o Decreto nº 1.943/2021 (Pará, 2021), que previa a criação da Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará e que se somou aos esforços da política pública do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que culminou na elaboração do que seria o Plano Estadual de Bioeconomia (Planbio), conforme definido pelo Decreto e lançado oficialmente em outubro de 2022.

Como pode-se observar, desde o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável algumas políticas públicas foram instituídas com foco na promoção desse desenvolvimento. Especialmente a partir do começo dos anos 2000, algumas dessas políticas trouxeram outros conceitos, porém ainda tendo como pilar principal o desenvolvimento sustentável.

A literatura revisada mostra que, embora o conceito de desenvolvimento sustentável seja amplamente difundido, sua execução depende de políticas públicas efetivas que consigam equilibrar as necessidades econômicas e de conservação ambiental, juntamente com equidade social e diversidade cultural, especialmente em áreas de grande sociobiodiversidade, como a Amazônia.

Além disso, destaca-se que a forma como os atores são envolvidos nas políticas públicas tem relação direta com os resultados alcançados. Políticas públicas do tipo *bottom up* têm maiores chances de sucesso do que as do tipo *top down*. Investigar os processos de criação dessas políticas pode indicar parâmetros e apontar caminhos para a construção de políticas efetivamente eficazes do ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende apresentar o processo de construção dos projetos aplicados a partir de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais da Amazônia. O *locus* do estudo é a Comunidade Ererê, que está situada na Área de Preservação Ambiental (APA) Paytuna, no município de Monte Alegre, no Pará. Ademais, este estudo pretende identificar a categoria analítica dominante em cada um dos projetos bem como a abordagem de política pública utilizada.

Além disso, sendo os projetos a ação efetiva das políticas públicas, pretende-se explorar a relação existente entre os projetos e as políticas a partir de dois aspectos: a categoria analítica central que os sustenta e a tipologia das políticas, considerando os atores envolvidos e as relações existentes entre eles.

Para isso, este trabalho está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta introdução, seguida da seção de metodologia; a terceira seção apresenta os resultados da pesquisa e os discute; e, por fim, encerra com a seção das considerações finais seguidas das referências bibliográficas empregadas na pesquisa.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho é um estudo de caso que se caracteriza, segundo Sátyro e D'Albuquerque (2020), como uma técnica de pesquisa importante na compreensão de fenômenos sociais complexos, buscando preservar as características holísticas dos mesmos, desvendando processos e mecanismos significativos que foque na análise central do que se deseja.

Desse modo, a escolha da comunidade Ererê, como objeto do estudo de caso, é fruto de um conjunto de fatores previamente conhecidos dos autores desse artigo; dentre eles destaca-se: i) ser uma comunidade localizada em uma APA; ii) ser formada por população agroextrativista; e iii) ter recebido projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável desde o começo dos anos 2000.

A pesquisa realizada teve uma abordagem qualitativa que contou com vários instrumentos de coleta de dados e informações; dentre eles: material bibliográfico, documentos, observação participante em reuniões com a comunidade e o diagnóstico rural participativo (DRP) realizado na comunidade⁵.

⁵ Algumas ferramentas utilizadas para a aplicação da técnica de DRP foram: Observação participante, entrevistas semiestruturadas, elaboração de mapas e calendários. Ver Verdejo (2006).

Como trata-se de um estudo de caso, faz-se necessário, inicialmente, apresentar a Comunidade Ererê antes da exposição dos resultados da pesquisa.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDAS NA COMUNIDADE ERERÊ

Caracterização da Comunidade Ererê

A comunidade Ererê está localizada no entorno do Parque Estadual Monte Alegre (Pema), dentro do território da APA Paytuna, situada no município de Monte Alegre no Estado do Pará. O Pema enquadra-se como uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, enquanto a APA Paytuna enquadra-se como uma UC de Uso Sustentável, tendo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio) como unidade responsável pela gestão das áreas.

Por se tratar de um local com características únicas, houve a necessidade da criação da APA Paytuna, que “decorre da valorização e da consequente busca de meios para defender aspectos singulares reunidos em uma mesma região do estado do Pará” (Ideflor-Bio, 2018, p. 32), o que autor continua a enfatizar ao descrever a região como detentora de “belezas cênicas da região somadas aos aspectos da geologia e da arqueologia” (p. 32), possibilitando não somente um enorme potencial ligado ao manejo dos recursos naturais presentes na natureza da região, mas também um importante desenvolvimento do turismo ecológico.

Mesmo tendo sido criada em 2001, somente em 2018 foi elaborado o primeiro Plano de Gestão da APA Paytuna, no qual é possível verificar que a UC abriga em sua área 25 comunidades, entre elas a comunidade do Ererê.

A comunidade Ererê abriga 81 famílias, possuindo uma infraestrutura básica composta por uma escola municipal, fornecimento 24 horas de energia elétrica por uma empresa privada, acesso à água via microsistemas e poços artesanais particulares, além de possuir estrutura social composta pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Ererê (Aprore), criada no ano de 2001, mesmo ano em que foram sancionadas as leis de criação das UCs, APA Paytuna e Pema, e que possui, até os dias de hoje, *status* de ativa e em funcionamento, principalmente dentro do conselho da APA, e uma estrutura religiosa representada por um igreja católica e uma evangélica atuantes na comunidade. O acesso à comunidade dá-se exclusivamente por via terrestre pela Rodovia Estadual PA-255, sentido ramal do Ererê, localizado no km 12 e distante da sede Monte Alegre aproximadamente 60 km.

Com relação à paisagem encontrada no local, a comunidade está inserida em uma região que faz parte do bioma amazônico, onde encontra-se uma rica diversidade de ecossistemas. Por possuir uma rica diversidade biológica, de acordo com Magalhães (2008), a comunidade tem sua base econômica e de subsistência no desenvolvimento de atividades produtivas relacionadas à agricultura familiar, à criação de animais de pequeno porte bem como à pesca e ao extrativismo com ênfase no açaí e no buriti.

O buriti, que é um recurso de acesso comum⁶, amplamente encontrado na área de igapó às margens do Rio Ererê, é tradicionalmente utilizado pela comunidade como uma importante fonte de renda. É fundamental destacar que o fruto do buriti é uma espécie nativa que oferece diversos produtos, como polpa, óleo e fibra. A produção de polpa de buriti na comunidade tem alcance no mercado local, que atende à demanda da própria comunidade, de comunidades próximas e da cidade de Monte Alegre.

Foi por essa característica de uso tradicional e de relevância econômica para a comunidade do Ererê que o Buriti foi objeto dos principais projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável e criação de políticas públicas ao longo dos últimos anos.

Projetos instituídos na Comunidade Ererê como resultado das Políticas Públicas de fomento ao desenvolvimento sustentável

Do ponto de vista conceitual, para o entendimento deste trabalho compreende-se política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (Secchi; Coelho; Pires, 2019, p. 2), caracterizando-a, portanto, como a principal ferramenta de ação em resposta a uma demanda pública. Nesse contexto, têm-se os projetos como um elemento operativo para alcançar os objetivos pretendidos.

Complementar a isso, segundo Capella (2018), para que políticas públicas sejam criadas com sucesso é necessário um conjunto de condições socioeconômicas e políticas favoráveis. Entre essas condições destacam-se a definição clara da agenda governamental, a capacidade institucional para gerir recursos humanos, financeiros e técnicos e a participação ativa da sociedade civil no processo decisório, o que fortalece a legitimidade e reduz resistências. Além disso, a efetividade das políticas depende da capacidade de adaptação a mudanças contextuais e da existência de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos. Esses fatores, articulados em um contexto político estável e com instituições sólidas, são essenciais para garantir que as ações governamentais gerem os resultados esperados e promovam justiça social (Capella, 2018).

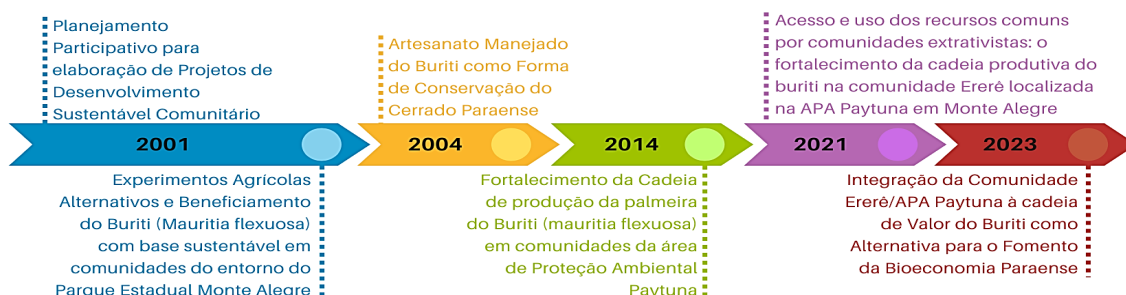
Em outros termos, Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 9) enfatizam que a relação estabelecida entre as instituições sociais, a política em si e a própria política pública, traduz-se, então, em artefatos gerenciais como planos (macro diretriz estratégica), os quais se concretizam em ação por meio de programas (conteúdo tático-gerencial). Estes, por sua vez, subdividem-se em projetos e são sustentados por processos, constituindo uma hierarquia voltados a uma linha traçada em torno do objetivo principal estabelecido primeiramente pela política pública.

Dito isso, no caso específico da Comunidade Ererê, a gênese da efetivação dos projetos surge com a criação das UCs, alinhando, desde a sua concepção, à conservação da diversidade biológica e à manutenção das condições de vida das populações que já habitavam área correspondente à APA antes da sua criação.

Nesta seção focaremos na apresentação dos projetos instituídos em uma perspectiva histórica, conforme apresentado na linha do tempo da Figura 1.

⁶ Compreendido como recursos que possuem como características a não exclusão e a subtrabilidade, que se referem, respectivamente, à impossibilidade de se negar o uso ou benefício do bem ou serviço por outrem e o consumo do bem ou do serviço de forma conjunta (Santos, 2019).

Figura 1 – Linha do tempo dos Projetos



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Como pode ser observado na Figura 1, foram criados diversos projetos pautados em Políticas Públicas voltadas, não unicamente, mas principalmente, à promoção do desenvolvimento sustentável. Cada projeto, como será apresentado a seguir, possui objetivos específicos influenciados por categorias analíticas diferentes que eram emergentes ao longo dos anos compreendidos entre 2000 e 2023. Para isso, serão apresentados os principais projetos que estão distribuídos em três principais políticas públicas.

Projetos no âmbito do Pronabio

O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) foi uma iniciativa do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), alinhado à Convenção de Diversidade Biológica (CDB) para conciliar desenvolvimento e preservação e a utilização sustentável da diversidade biológica (Brasil, 2002).

Em 2001 o Ministério do Meio Ambiente lançou o Edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/Probio nº 03/2001) (Brasil, 2001) para selecionar projetos voltados para comunidades próximas a unidades de conservação, visando a promover a conservação e o uso sustentável dos recursos locais. Esse edital buscava envolver as comunidades na preservação ambiental, uma vez que sua participação era essencial para evitar a degradação, bem como necessário para a promoção do desenvolvimento sustentável – principal categoria norteadora desse primeiro projeto.

Na Comunidade Ererê o Probio teve duas fases: a primeira, focada na criação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, e a segunda, no seu estabelecimento (Silva, 2008).

Na primeira fase o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) elaborou, em conjunto com representantes da comunidade, o Projeto “Planejamento Participativo para Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Comunitário”. Este projeto, evidenciava que a busca por desenvolvimento deveria ocupar um espaço central aliado à ideia de sustentabilidade, com forte participação comunitária. Assim, formulou-se as propostas de ações que deveriam ser realizadas na comunidade e, após oito meses, resultou no Plano de Desenvolvimento Sustentável (Magalhães, 2008).

A segunda fase, que consistiu na efetivação das ações do Plano elaborado na primeira fase, culminou com a aprovação do projeto denominado “Experimentos Agrícolas Alternativos e Beneficiamento do Buriti (*Mauritia flexuosa*) com base sustentável em comunidades do entorno do Pema”, que foi elaborado pelo MPEG em parceria com a Associação Apreore. Este projeto teve

início no ano de 2001 com a construção da fábrica de beneficiamento de buriti, inaugurada em 2005, cujo funcionamento estava sob o comando da Aprore e o uso do maquinário era compartilhado por todos os associados com regras específicas de uso⁷.

Como resultado desse primeiro projeto, a fábrica de beneficiamento do buriti consistiu em uma nova forma de se produzir a polpa do buriti diferente da tradicional, até então utilizada pelos comunitários, de modo que as ações do projeto também incluíram a capacitação, o treinamento e as palestras educativas, dentre outros mecanismos voltados para despertar o interesse dos comunitários no uso dos novos equipamentos, bem como para elaboração de projetos próprios da Associação com vistas a fomentar a autonomia.

Dessa maneira, a Aprore, em parceria com o MPEG, submeteu e aprovou, no ano de 2005, seu próprio projeto voltado ao fortalecimento do artesanato do buriti. Esse projeto foi aprovado no edital aberto pelo Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado pelo *Global Environment Facility* (GEF). Com duração de dois anos, o projeto promoveu cursos de capacitação e palestras educativas relacionadas ao artesanato na Comunidade (Magalhães, 2008).

O projeto culminou com a construção de um espaço para funcionar como oficina para confecção das peças de artesanato de buriti e de loja para exposição das peças produzidas. De acordo com Magalhães (2008), o artesanato do buriti era gerador de uma renda maior que a proporcionada pela fábrica de beneficiamento da polpa, e que foi esse o principal aspecto responsável por atrair mais comunitários a aderir a associação e trabalhar na atividade do artesanato do buriti. O projeto proporcionou a criação de uma atividade que, antes do seu estabelecimento, sequer era cogitada pelos comunitários e que, no fim, foi considerada muito importante, apesar de, na época, ainda possuir uma produção pequena.

Observa-se que os três primeiros projetos introduzidos na Comunidade Ererê tiveram grande participação da equipe de pesquisadores do MPEG, que esteve presente com suas ações de apoio e fomento na Comunidade até o ano de 2012⁸.

Projeto Semas

Em 2014 a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), em parceria com Ideflor-Bio, criou um Projeto na Comunidade Ererê intitulado “Fortalecimento da cadeia de produção da palmeira do buriti (*Mauritia flexuosa*) em comunidades da área de proteção ambiental Paytuna”. O referido projeto surge no bojo do recém-criado, em 2009, PNPSB, citado anteriormente, que apresenta uma nova categoria analítica norteadora dos projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável: a categoria da sociobiodiversidade.

Assim como os projetos anteriores, o projeto Semas era pautado no potencial agroextrativista do buriti e buscava o fortalecimento da cadeia do buriti na Comunidade Ererê, cuja estruturação havia sido iniciada nos Projetos anteriores instituídos pelo MPEG. Diferentemen-

⁷ Informação obtida na Oficina realizada com os associados da Aprore em agosto de 2023 no âmbito do Projeto “O fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”.

⁸ Informação obtida na Oficina realizada com os associados da Aprore em agosto de 2023 no âmbito do Projeto “O fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”.

te dos projetos anteriores, contudo, que tinham o desenvolvimento sustentável como núcleo analítico central, o projeto Semas tinha a sociobiodiversidade como eixo norteador das ações.

Dentre os objetivos principais estabelecidos pelo projeto elaborado por Serafim (2015), estavam: mapear as áreas de uso comum, atualizar o acordo de uso da palmeira do buriti, realizar o estudo biométrico das palmeiras, realizar estudo da cadeia de produção e o estudo de mercado, realizar capacitações e elaborar projetos para captação de recursos, entre outras. Todas essas ações gerariam impactos que vão “desde o manejo sustentável da palmeira até as boas práticas de produção do alimento” (Serafim, 2015, p. 9).

Os principais resultados desse projeto foram a identificação da maior concentração dos buritizais na comunidade Ererê e a entrega realizada pelo Ideflor-Bio no ano de 2022 dos seguintes materiais para a associação: uma despoldadeira, uma carroça de tração animal e uma lancha com motor. A entrega desses equipamentos visava a recuperar a infraestrutura da primeira fábrica estabelecida em 2004 no âmbito do Probio e que haviam se depreciado ao longo do tempo, mas houve um descompasso muito grande entre a elaboração do projeto em 2014 e a entrega dos equipamentos em 2022.

Projeto Ideflor-Bio e Ufopa

Em 2018 a publicação do Plano de Manejo da APA Paytuna que, dentre outros objetivos, reforçava a promoção de boas práticas de extrativismo, do manejo do buriti (*Mauritia flexuosa*) e o desenvolvimento social e econômico da comunidade (Ideflor-Bio, 2018), trouxe a necessidade da realização de parcerias entre o órgão gestor da UC, o Ideflor-Bio e organizações parcerias que pudessem ajudar na efetivação das ações de pesquisa identificadas no Plano de Manejo da APA.

Nesse contexto, o Ideflor-Bio buscou o estabelecimento de uma parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) com vistas ao atendimento de diversas demandas, entre elas as relacionadas ao fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê. Após o estabelecimento da parceria, entre os anos 2021 e 2022 um novo projeto foi introduzido na Comunidade Ererê, agora sob a coordenação do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia (Gepesa) da Ufopa, intitulado “Acesso e uso dos recursos comuns por comunidades extrativistas: o fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”.

Este projeto foi embasado no conceito de sociobiodiversidade, assim como o projeto Semas, e buscou, entre suas ações: estudar o sistema socioecológico da comunidade, fazer um levantamento da cadeia produtiva do buriti extraído na comunidade com a utilização de um diagnóstico participativo, e analisar de forma propositiva as potencialidades de uso da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê.

A partir dos desafios e oportunidades identificados nos primeiros meses de pesquisa do projeto, foram estabelecidos os norteadores das etapas seguintes. Observou-se, no primeiro momento, que, não obstante as intervenções realizadas por meio dos projetos frutos das políticas públicas analisadas, houve resultados muito limitados do ponto de vista econômico e social para a comunidade Ererê, ocasionados por diversos fatores. De acordo com Leão *et al.* (2022, p. 187), têm-se que os resultados limitados devem-se, sobretudo:

i) à demora na entrega dos equipamentos fomentados pelos projetos, causa uma defasagem temporal que se reflete em frustração; ii) à não adesão de toda Comunidade aos projetos, atualmente em torno de 14 famílias participam da APRORE; iii) à criação do PEMA e da APA Paytuna que até hoje é motivo de desconfiança e descontentamento por parte de alguns moradores; iv) à incompletude dos projetos, cada um buscou atender um aspecto específico da cadeia; v) à falta de um estudo de mercado que subsidiasse ações voltadas especificamente para comercialização e; vi) à ausência de capacitações focadas nas questões organizacionais da Associação, as capacitações realizadas focaram exclusivamente os aspectos produtivos.

Todos esses fatores foram relevantes na descontinuidade dos projetos anteriores e demonstraram pontos de fragilidade na introdução de políticas públicas efetivas dentro da comunidade. Por outro lado, ao se tratar das oportunidades para a cadeia produtiva do buriti identificadas, pôde-se observar, ainda segundo Leão *et al.* (2022, p. 187):

i) novas descobertas das propriedades físico-químicas do buriti e seus usos na indústria alimentícia e cosmética; ii) interesse do órgão gestor da APA em resolver os entraves geradores de conflitos na área de buritizal, bem como promover ações de estímulo à cadeia produtiva do buriti; iii) inserção de novos atores interessados em promover e articular a cadeia produtiva do buriti, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa); iv) interesse de um grupo de moradores em reativar a fábrica; v) existência de uma infraestrutura física no PEMA com potencial de atrair um número cada vez maior de turistas que podem ser consumidores dos produtos derivados do buriti, tanto alimentares quanto do artesanato.

Após dois anos de pesquisas o projeto foi finalizado em 2023 e, logo em seguida, reiniciado com um novo nome e uma nova dinâmica alinhada à política pública em curso no momento, como será apresentado no tópico a seguir.

Projeto no âmbito do PLANBIO

A Estratégia Estadual de Bioeconomia, que veio para somar esforços ao PEAA, configurou o pontapé inicial para a criação do Planbio, cujo principal objetivo é a valorização do conhecimento e dos sistemas de produção tradicionais, aliada à conservação ambiental, pesquisa e inovação para a produção de bioativos da biodiversidade amazônica, resultando no fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis e de baixo carbono, justificado pelo fato de que “o desenvolvimento da bioeconomia no Pará tem um grande potencial para gerar renda, emprego, inclusão social, conservação ambiental e valorização cultural, contribuindo para o enfrentamento dos desafios socioeconômicos e ambientais da região” (Cabral *et al.*, 2023, p. 4.218) O Planbio foi pensado e articulado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade após a realização de um estudo comandado pela The Nature Conservancy (TNC), e sua construção envolveu atores da sociedade civil, academia e setor público.

O Planbio aperfeiçoou-se enquanto política pública para um plano de ações resultantes de um processo iniciado anos antes com as demais categorias analíticas enfatizadas. Nesse sentido, o governo do Estado do Pará começou a operacionalizar várias ações paralelas com o objetivo de dar suporte às ações do Planbio. Uma dessas ações foi um Edital específico para apoiar pesquisas no campo da Bioeconomia lançado pela Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas da Amazônia (Fapespa). É nesse contexto que se têm a aprovação de um novo projeto para apoio às pesquisas relacionadas à cadeia produtiva do buriti no Ererê, trata-se do projeto coordenado por pesquisadoras do Gepesa/Ufopa intitulado “Integração da Comunidade Ererê/

APA Paytuna à cadeia de Valor do Buriti como Alternativa para o Fomento da Bioeconomia Paraense” e que tem seus objetivos delimitados a partir do Eixo 3 de ação, voltados a Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis propostas no Planbio no sentido de:

Valorizar os bioprodutos da biodiversidade do território, de forma a agregar especificidades da região aos produtos locais, por meio de certificações, proteção de cultivares, identificação geográfica, dentre outras estratégias de agregação de valor; Promover o estabelecimento de ambientes de investimentos atrativos às cadeias produtivas e aos novos negócios da sociobiodiversidade, fortalecendo e verticalizando a produção, com geração de desenvolvimento local, emprego e renda e distribuição dos benefícios de forma justa e equitativa (Pará, 2021, p. 80).

Diferentemente dos outros projetos apresentados anteriormente, este encontra-se em andamento e, portanto, ainda não obteve resultados a serem compartilhados, até mesmo pelo breve tempo de atividade. Espera-se construir uma base participativa da comunidade que, de forma coletiva, possa fazer suas escolhas sobre o que e como produzir, de modo que a comunidade seja a protagonista das suas decisões, pois acredita-se que este seja o único caminho para transformar as políticas públicas em resultados efetivos para a comunidade.

Todo esse esforço de desenvolver projetos como os apresentados até aqui, alinham-se cada um, em seu contexto temporal, como dito anteriormente, à categoria analítica que mais bem responde às demandas sociais e ambientais apresentadas, além de serem os temas em foco de discussão no período de construção de cada projeto.

Relação dos projetos com as Políticas Públicas vigentes e os atores envolvidos na execução

Como pode ser observado ao longo do detalhamento dos projetos, desde a produção até sua concretização, tem-se o envolvimento de diversos atores.

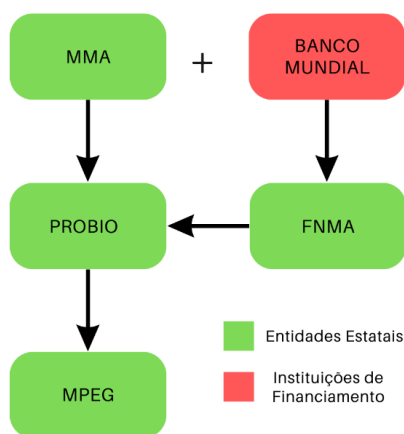
A presente seção tem como objetivo apresentar os atores envolvidos em cada projeto e a sua categorização em termos da tipologia discutida no âmbito das políticas públicas. Para isso, faz-se necessário, primeiramente, apresentar uma dentre várias tipologias utilizadas com base em Secchi, Coelho e Pires (2019), que classificam as políticas públicas de acordo com o protagonismo dos atores envolvidos, ou seja, quem é o principal ator diante das ações. Nessa classificação define-se estadocêntrico, o tipo de política pública na qual os atores são, de modo unânime, estatais e multicêntricos, pautada em “*policy networks*”, ou seja, se faz a partir de uma rede de atores por trás da política pública que não somente sejam de caráter estatal.

Com os primeiros projetos no âmbito do Probio realizados em 2001, observou-se a participação somente de atores estatais na organização da estrutura da política pública e dos projetos, característico da abordagem estadocêntrica; já no projeto de 2005 tem-se a participação de múltiplos atores, que não somente o Estado, como é visto na abordagem multicêntrica das Políticas Públicas. Pode-se evidenciar essa estrutura quando Magalhães (2008, p. 48-49) alega que

o estado deixa de ser o responsável direto pela promoção do desenvolvimento econômico e das políticas sociais [...], para fortalecer sua função de facilitador e de regulador desse desenvolvimento, que passa a ser promovido por organizações não estatais e organizações privadas [...] considerando o papel crescente do setor privado de investimentos em setores anteriormente situados na esfera pública.

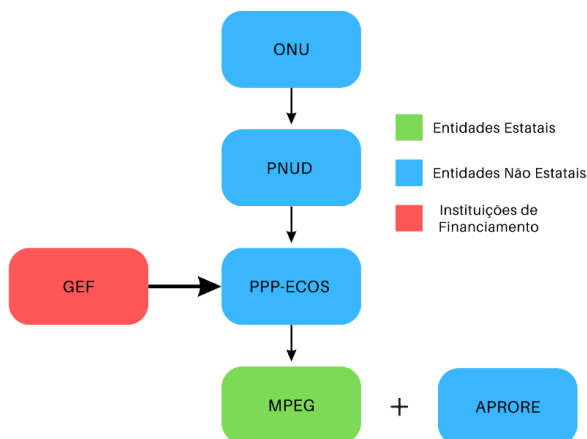
A fim de retratar a estrutura dos agentes envolvidos na elaboração, execução e financiamento dos projetos instituídos nas comunidades, construiu-se um esquema, representado pelas Figura 2 e 3, para demonstrar, de maneira dinâmica, os atores envolvidos no processo dos projetos citados.

Figura 2 – Instituições/entidades envolvidas nos projetos de 2001



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Figura 3 – Instituições/entidades envolvidas nos projetos de 2003

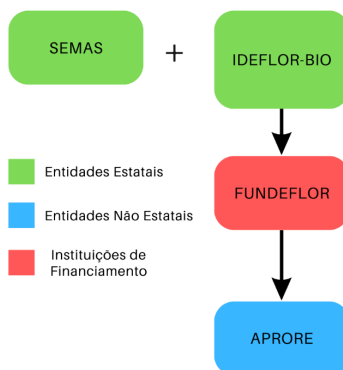


Fonte: Elaboração própria, 2025.

Vale ressaltar que, de acordo com Magalhães (2008), os recursos financeiros utilizados para as iniciativas promovidas na comunidade do Ererê nos primeiros projetos dos anos de 2001 e 2005 são oriundos do Banco Mundial e do terceiro projeto pelo GEF (traduzido para o português como Fundo para o Meio Ambiente Mundial).

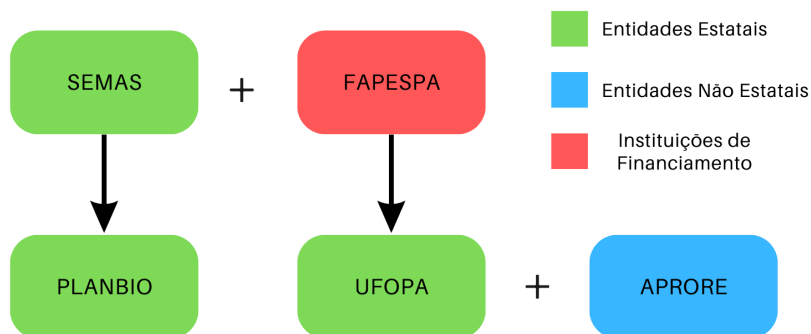
Diferentemente do projeto antecessor, o Projeto Semas tem como principal característica a atuação de duas entidades parceiras de caráter estatal na promoção de políticas de fomento ao buriti por meio de um Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (Fundeflor) com a participação da Aprore. Essa estrutura é tipicamente encontrada na abordagem multicêntrica. Em consonância aos objetivos estabelecidos com o Plano, este projeto, em específico, resgata a importância das políticas públicas como instrumento de resposta às demandas sociais, no caso, a necessidade da comunidade por projetos direcionados à gestão. A seguir, na Figura 4, apresenta-se um esquema representativo das entidades envolvidas nesse projeto.

Figura 4 – Instituições/entidades envolvidas nos projetos de 2014



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Figura 5 – Instituições/entidades envolvidas no projeto de 2023



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O projeto de pesquisa idealizado por meio da parceria entre o Ideflor-Bio e a Ufopa, com colaboração da Aprore, em 2021 não possuía financiamento e nem estava relacionado a nenhuma política pública específica, apesar de utilizar como eixo categórico central o conceito de sociobiodiversidade. Dessa forma, nenhum arranjo institucional específico foi criado, além da parceria entre Ufopa e Ideflor-Bio e a participação da Aprore.

Por fim, o Projeto atualmente em curso, vinculado ao Planbio, possui a participação de múltiplos atores que se encaixam em uma abordagem multicêntrica no quesito de atores envolvidos na estrutura de uma política pública. Não obstante a grande maioria dos atores envolvidos serem estatais, o envolvimento comunitário, por meio da Aprore, um ator presente na estrutura de execução do projeto, leva-nos a afirmar que se trata realmente de uma estrutura multicêntrica. A Figura 5, a seguir, apresenta o esquema ilustrativos dos principais atores diretamente inseridos no projeto.

A próxima seção faz a síntese e discussão dos resultados apresentados.

Síntese e discussão dos resultados

Mesmo que em escala menor, os projetos instituídos na Comunidade Ererê revelam que a construção de uma realidade pautada em princípios mais sustentáveis, justos e igualitários, é possível, mas exige um esforço e resiliência, posto que, mesmo após vários anos de projetos, a comunidade Ererê ainda não possui autonomia necessária para que não necessite de interferências externas.

De maneira a resumir e ressaltar os principais pontos de destaque e interesse abordados ao longo deste trabalho, portanto, elaborou-se um Quadro síntese, o Quadro 1, contendo cada projeto, a categoria analítica norteadora, a tipologia da política pública e os principais resultados alcançados na comunidade.

Quadro 1 – Síntese dos projetos

Projetos	Categoria Analítica	Abordagem	Resultados para comunidade
“Planejamento Participativo para elaboração de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Comunitário”	Desenvolvimento Sustentável	Estadocêntrica	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável
“Experimentos Agrícolas Alternativos e Beneficiamento do Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>) com base sustentável em comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre”	Desenvolvimento Sustentável	Estadocêntrica	Capacitações voltadas ao Manejo da polpa do Buriti; Oficinas e cursos de manuseio do Buriti; Fábrica de despolpamento do Buriti
“Artesanato Manejado do Buriti como Forma de Conservação do Cerrado Paraense”	Desenvolvimento Sustentável	Multicêntrica	Introdução do Artesanato do Buriti na comunidade; Capacitações voltadas ao Artesanato do Buriti; Oficinas e cursos de manuseio do Buriti; Oficina de Artesanato com local para venda e exposição dos materiais produzidos.
“Fortalecimento da Cadeia de produção da palmeira do Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>) em comunidades da área de Proteção Ambiental Paytuna”	Sociobiodiversidade	Multicêntrica	Mapeamento das Áreas de Uso Comum: Identificação da maior concentração dos buritizais na comunidade Ererê; Atualização do acordo de uso da palmeira do buriti para produção da polpa do fruto: Oficinas e cursos; Fomento à atividade: 1 despolpadeira, 1 carroça de tração animal e 1 lancha com motor
“Acesso e uso dos recursos comuns por comunidades extrativistas: o fortalecimento da cadeia produtiva do buriti na comunidade Ererê localizada na APA Paytuna em Monte Alegre”	Sociobiodiversidade	Multicêntrica	Oficina “Ação Coletiva e Associativismo”; Produção de Informações: cartilha “Planejamento Participativo”; Identificação de desafios e oportunidades dentro da cadeia produtiva do Buriti.
“Integração da Comunidade Ererê/APA Paytuna à cadeia de Valor do Buriti como Alternativa para o Fomento da Bioeconomia Paraense”	Bioeconomia	Multicêntrica	Projeto ainda em andamento

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Observa-se que os primeiros projetos trouxeram como categoria analítica central o desenvolvimento sustentável, sendo os dois primeiros fundamentados em um modelo de política pública estadocêntrica. A partir do momento da criação da Aprore e o reconhecimento de que os PCTAFs precisam participar dos processos, todos os projetos passaram a ter uma abordagem de política pública multicêntrica. Já a categoria analítica, norteadora dos projetos, foi mudando ao longo dos anos e, atualmente, a bioeconomia tem se apresentado como núcleo central das políticas públicas e seus respectivos projetos.

Com relação aos resultados dos projetos para a Comunidade Ererê, observou-se que todos os projetos instituídos apresentaram resultados positivos, mas nenhum foi plenamente bem-sucedido em razão, sobretudo, da descontinuidade que todos os projetos tiveram. Como aprendizado registra-se que, embora a maioria dos projetos tenha uma abordagem multicêntrica, configurada no envolvimento de múltiplos atores, além do Estado, a efetividade da participação da comunidade ainda é incipiente, o que perpassa por questões de desequilíbrios de poder e merece uma atenção de análise específica, ficando como sugestão para pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um estudo de caso na Comunidade Ererê, este estudo mostrou que, ao longo dos anos, desde a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, diversas políticas públicas, por meio de seus respectivos projetos, foram introduzidas em comunidades tradicionais da Amazônia com o objetivo de conciliar a conservação ambiental com o uso econômico dos recursos naturais.

Ao longo dessas quase quatro décadas, as políticas públicas, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, passaram por algumas mudanças em seus eixos de articulação centrais. A primeira mudança deu-se no começo do século 21 com a incorporação da compreensão de que os povos e comunidades tradicionais, com seu conhecimento ancestral, são relevantes para a manutenção da biodiversidade e, assim, abriu-se espaço para o surgimento do conceito de sociobiodiversidade que sustentou o PNPC em 2009. A segunda mudança, mais recente, trouxe a ideia da bioeconomia para o centro das políticas públicas, e, por ser uma discussão ainda em curso, muitas interpretações e alguns conflitos surgem, de modo a ainda não haver consenso. Não obstante a isso, o termo já se encontra em uso em algumas políticas públicas.

O exercício realizado neste trabalho, a partir do estudo de uma comunidade tradicional específica, serviu para, além de apresentar como essas políticas e seus respectivos projetos foram criados, mostrar que os resultados dos projetos, fruto das políticas públicas, dependem de um conjunto de fatores que vão além das questões estritas ao desenho da política; dependem, por exemplo, como elucidado neste trabalho, dos atores envolvidos, se houve ou não participação da comunidade, dentre outros.

É importante ressaltar que aspectos não abordados no âmbito deste artigo podem ter influenciado a execução das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, como os conflitos internos na comunidade em relação aos objetivos dos projetos e também aos custos de oportunidade dos projetos em torno de um produto específico, nesse caso representado pelo buriti, em contrapartida a outras atividades, como turismo de base comunitária e outros produtos possíveis no sistema familiar. Aspectos culturais, como a religiosidade e estruturas familiares, também podem ter influenciado na definição dos objetivos das políticas públicas. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros se dediquem a compreender mais detalhadamente como esses outros fatores podem impactar os resultados das políticas.

Por fim, enfatiza-se que, a partir do caso estudado, o objetivo maior das políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, de fomentar a criação de formas de uso dos recursos que promovam a geração de renda e a qualidade de vida

para essas populações tradicionais sem, contudo, impactar o meio ambiente e assim, garantir a conservação da sociobiodiversidade, é extremamente desafiador. Esse desafio vem permeado de inúmeros aspectos que podem vir a garantir o sucesso ou levar ao insucesso dos projetos, tais como a autonomia dos PCTAFs, o acesso a tecnologias, a garantia de infraestrutura básica de acesso a água, energia e transporte, o acesso a recursos financeiros de forma contínua não apenas no momento da execução dos projetos, o apoio dos órgãos de gestão, a coesão social dos grupos, as pressões externas às áreas protegidas, dentre outros aspectos. Esses aspectos também dão base sólida para a continuação de pesquisas voltadas especificamente para esse fim e a expansão dos estudos para além das políticas públicas.

A superação desses desafios requer o desenho de políticas públicas que, acima de tudo, garantam a autonomia, a participação e o engajamento dos PCTAFs para que eles se tornem os atores principais dos processos de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; FERREIRA, Joice; COSTA Francisco de Assis; EHRlich, Marco; EULER, Ana Margarida Euler; YOUNG, Carlos Eduardo F. KAIMOWITZ, David; MOUTINHO, Paulo; NOBRE, Ismael; ROGEZ, Herve; ROXO, Eduardo; SCHOR, Tatiana; VILLANOVA, Luciana. The New Bioeconomy in the Amazon: Opportunities and Challenges for a Healthy Standing Forest and Flowing Rivers. In: SACHS, Jeffrey; NOBRE, Carlos; ENCALADA, Andrea (org.). *Amazon Assessment Report 2021*. New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021. p. 1-55. V. 1.
- BONAIUTI, Mauro. Bioeconomia. In: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (org.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 49-52. Cap. 2, Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/decrescimento_brazil.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Edital FNMA/PROBIO nº 03/2001. *Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos*. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dfre/fundo-nacional-do-meio-ambiente/arquivos-edital/Edital032001FNMA.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília, jul. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. Institui Princípio e Diretrizes para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 ago. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 3 mar. 2024.
- BUGGE, Markus M.; HANSEN, Teis; KLITKOU, Antje. What Is the Bioeconomy? A Review of the Literature. *Sustainability*, v. 8, n. 691, p. 1-22, 2016.
- CABRAL, Marcos Vinicius Afonso; BITENCOURT, Emanólen Bitencourt e; CARIPUNA, Liuzelí Abreu; COSTA, Ruy Adryan da Silva; LEAL, Marcos Vinicius Sousa; SOUSA, Amauri Mesquita de; AVELAR, Marciene Calandrine de; DIAS, Mairna Costa; ARAÚJO, José Augusto Carvalho de. O desenvolvimento da bioeconomia no Estado do Pará: potencialidades, desafios e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 11, p. 4.211-4.224, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12713>. Acesso em: 6 maio 2023.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de políticas públicas*. Brasília: Enap, 2018.
- CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Francisco; NOBRE, Carlos; GENIN, Carolina; FRASSON, Caroline; FERNANDES, Danilo; SILVA, Harley; VICENTE, Iara; SANTOS, Inaiê; BARBIERI, Rafael; VENTURA NETO, Raul; FOLHES, Ricardo. *Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical*. Texto para discussão. São Paulo: WRI Brasil, 2022, p. 1-21 Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/uma-bioeconomia-inovadora-para-amazonia-conceitos-limites-e-tendencias-para-uma>. Acesso em: 9 jun. 2023.

IDEFLOR-BIO. *Plano de Gestão da APA Paytuna*. Monte Alegre, PA: Instituto Avaliação, 2018.

LEÃO, Andréa; FLORENZANO, Clícia; SOUSA, Wandicleia; SANTOS, Zilda. Cadeias da sociedade: desafios e oportunidades para o estímulo à cadeia do buriti na comunidade Ererê na APA Paytuna. In: CONGRESSO DA APDEA, 10. E ENCONTRO LUSÓFONO EM ECONOMIA, SOCIOLOGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, 4., 2022, Lisboa. *Atas [...]*. Coimbra: Escola Superior do Instituto Politécnico de Coimbra: Associação Portuguesa de Economia Agrária, 2022, p. 180-190. Disponível em: <https://www.apdea.eu/conteudo.php?idm=31>. Acesso em: 9 dez. 2023.

MAGALHÃES, Juliana Lopes. *Entre modernidade e tradição: desenvolvimento comunitário sustentável em Ererê, Pará*. 2008. 82 p. (Dissertação – Mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2008.

PARÁ. Decreto nº 1.943, de 21 de outubro de 2021. *Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará*. 2021. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/96377>. Acesso em: 8 dez. 2023.

SANTOS, Zilda Joaquina Cohen Gama dos. *Governança dos recursos florestais em Unidades de Conservação na Amazônia: o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2019.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. *O que é um estudo de caso e quais as suas potencialidades?* *Revista Sociedade e Cultura*, Belo Horizonte, v. 23, 2020.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando; PIRES, Waldemir. *Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos*. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SERAFIM, Ernildo C. S. *Fortalecimento da cadeia de produção da palmeira do buriti (mauritia flexuosa) em comunidades da área de Proteção Ambiental Paytuna*. Belém, PA: Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 2015.

SILVA, Regina Oliveira da. *Biodiversidade e políticas de conservação: o caso do Parque Estadual Monte-Alegre – Pará*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2008.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático*. Brasília: MDA;: Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

Financiamento: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – Fapespa

Autor Correspondente

Clícia Coelho Florenzano

Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa

R. Vera Paz – Salé, Santarém/PA, Brasil. CEP 68040-255

clicf15@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

